

**AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXX/XX**

Processo nº. XXXXXXXX

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções dos artigos 147, 329 e 331, todos do Código Penal, c/c os artigos 5º, III, e 7º, II, da Lei nº 11.340/06, e do artigo 21 da LCP, por haver, supostamente, no dia XX/XX/XXXX, entre as XXh e XXhXXmin, praticado vias de fato e ameaçado de causar mal injusto e grave sua companheira **FULANO DE TAL**, bem como se oposto a execução de ato legal, mediante violência e ameaça a policiais militares, e os desacatado no exercício funcional.

Devidamente instruído o feito, a Acusação, em

suas alegações finais (fls. 145/147), requereu a condenação do réu nos termos da denúncia.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DOS DELITOS DE VIAS DE FATO E RESISTÊNCIA: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ABSOLVIÇÃO

Estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que ***“o juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde **que reconheça (...) não existir prova suficiente para a condenação**”***. Trata-se, consoante cediço, da positivação dos princípios do *“in dubio pro reo”* e do *“favor rei”*, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**. Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória¹.

No caso em análise, não há nos autos provas da autoria delitiva suficientes para a condenação do acusado relativamente aos delitos epigrafados, consoante se passa a demonstrar.

Inicialmente, é necessário ressaltar que a vítima, em juízo (mídia – fl. 138), confirmou a ocorrência da ameaça e das vias de fato narradas na denúncia. **Negou, todavia, tenha o réu resistido, mediante violência ou ameaça, à ordem de prisão determinada pelos policiais militares.** Confira-se:

XXXXXXXXXXXXXX

¹ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2005, p. 846-847.

Sob o crivo do contraditório (mídia - fl. 138), o acusado **negou as práticas delitivas**, confessando, entretanto, ter ameaçado a vítima, senão vejamos:

XXXXXXXXXXXXXx

Os policiais militares FULANO DE TAL e FULANO DE TAL **não presenciaram a suposta agressão** do réu em desfavor da ofendida. Em relação às demais condutas, asseveraram em juízo (mídia - fl. 138):

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Dessa forma, ante a prova produzida durante a instrução processual, não é possível confirmar a ocorrência dos delitos de vias de fato e resistência imputados ao réu.

Em relação às **vias de fato**, o acusado, em juízo (mídia - fl. 138), **negou** a atribuição. As testemunhas policiais, a seu turno, **não presenciaram** o ocorrido, restando **isolada nos autos**, por conseguinte, a palavra da ofendida.

Dessa forma, ante os elementos de prova acima demonstrados, é necessário apontar que **as alegações da vítima são isoladas e não foram confirmadas por nenhum outro elemento de prova, colhido sob o crivo do contraditório, no decorrer da instrução processual.**

Cediço que a palavra da vítima, em delitos relacionados ao contexto de violência doméstica e familiar, goza de especial relevância, porém, **desde que acompanhada, ainda que minimamente, por outros elementos de prova.** Ocorre que tais elementos não foram trazidos aos autos. *“Muito embora a palavra da vítima se revista de especial relevo probatório na apuração dos crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, constatando-se que o delito foi perpetrado em via pública, em horário de trânsito de pessoas, necessário que seus depoimentos sejam corroborados por*

*outras provas*²".

No tocante ao delito de **resistência**, insta consignar que este também não restou comprovado ao cabo da instrução processual.

O réu **negou** a prática delitiva em juízo (mídia – fl. 138).

A vítima dos delitos de ameaça e vias de fato, FULANO DE TAL, **testemunha presencial** do suposto delito de resistência, **não confirmou qualquer conduta apta a configurar o ilícito imputado**, assim asseverando em juízo (mídia – fl. 138):

XXXXXXXXXXXXXXXXX.

De maneira harmônica, os relatos do policial militar FULANO DE TAL não denotam a ocorrência do crime de resistência, uma vez que, segundo seu depoimento judicial, não houve qualquer violência ou ameaça aos milicianos. Vejamos (mídia – fl. 138):

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Ora, dos relatos acima, resta claro que não houve qualquer ameaça ou violência contra os policiais militares. É certo que o acusado ameaçou a ofendida, bem como efetuou chutes contra a viatura, mas nada fez contra os policiais.

A ofensividade ínsita a tipificação penal do crime de resistência se direciona **ao funcionário competente** para a prática do ato legal, não se configurando quando direcionada a bens materiais, como é o caso da viatura policial.

² TJDF; APR 2015.08.1.003115-8; Ac. 976.711; Terceira Turma Criminal; Rel. Des. Sandoval Oliveira; Julg. 27/10/2016; DJDFTE 07/11/2016

Ademais, a ofendida demonstrou que a conduta do acusado consistiu em resistência passiva, na medida em que “*ele se jogava no chão dando o show dele; (...) que se debatia e se jogou no chão; que não o viu agredir os policiais.*” (mídia – fl. 138), o que, consoante cediço, não é suficiente para a configuração do crime de resistência.

As palavras do policial militar FULANO DE TAL, portanto, **encontram-se isoladas nos autos**, não tendo sido comprovadas pelos relatos judiciais da vítima, do acusado e sequer do policial militar FULANO DE TAL.

Nesse sentido, é necessário acrescentar que **o relato da vítima, por si só, não possui autonomia para motivar uma sentença condenatória, vez que no Direito Penal não se trabalha com presunções ou conjecturas, mas somente com o juízo da certeza**. Quando a Ação Penal reúne dados probatórios que geram dúvidas e se tornam inaptos a demonstrar a ocorrência da infração penal denunciada pelo Ministério Público, a absolvição é a certa prestação jurisdicional aplicável ao caso, fundamentada pelo princípio do *in dubio pro reo*.

Repete-se, é bem verdade que, tendo em vista o espírito do legislador ao positivar a Lei Maria da Penha, o relato da suposta agressão deve ter uma credibilidade maior num primeiro momento. A intenção do legislador foi exatamente proteger a mulher, fixando uma presunção (*iuris tantum*) de que ela é a parte mais frágil nas relações domésticas e que o Direito deve ampará-la.

No entanto, o relato dado pela ofendida não pode ser considerado verdade absoluta. É necessário que o Judiciário sopesasse as versões das partes e avalie principalmente a verossimilhança de cada uma delas para que se possa optar pela condenação ou absolvição do acusado. Não fosse assim, o legislador teria conferido às mulheres uma fé que distorceria todo o sistema constitucional, pois colocaria as mulheres em um patamar de

confiabilidade absoluta e subjugaria a credibilidade dos homens, o que ofenderia frontalmente o art. 5º, I, da Constituição da República. Definitivamente, não foi a intenção do legislador dar à mulher uma credibilidade maior que a do homem. Isso não está no âmbito de proteção da Lei Maria da Penha. O que o legislador quis foi somente intensificar a proteção dada à mulher, normalmente a parte fisicamente mais frágil numa relação.

Em casos como este, não se pode utilizar, de forma mecânica, o chavão da prevalência da palavra da vítima. É necessário que o julgador analise o caso com mais acurácia e, caso não encontre outros elementos aptos a lhe darem um juízo de certeza acerca da ocorrência do fato, tem a obrigação de absolver o réu, nos termos do art. 386, VII, do CPP, sob pena de assumir o risco de condenar um inocente, o que afrontaria o mais mezinho princípio de Direito Processual Penal, o *in dúbio pro reo*.

Ante o exposto, no que toca aos delitos de resistência e vias de fato, postula a Defesa a absolvição do réu, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.

III - DO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA: ATIPICIDADE

Quanto à prática dos fatos narrada pela Acusação como crime de **desobediência**, cumpre apontar tratar-se de conduta manifestamente atípica, porquanto há de se fazer um juízo de compatibilidade da figura penal com os tratados e convenções internacionais subscritos pelo Brasil.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Convenção Interamericana de Direitos Humanos foi recepcionada com *status* de supralegalidade. É, pois, antes da aplicação de qualquer norma jurídica, preciso avaliar a sua compatibilidade com a mencionada Convenção, conhecida como **Pacto de São José da Costa Rica**, que foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro

pelo Decreto 678/1992.

Por força do artigo 1º do Decreto 678, de 06 de novembro de 1992, o **Pacto de São José da Costa Rica** deverá ser cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Isto posto, destaca-se que o **controle de convencionalidade**, ou seja, de compatibilidade das leis com os tratados internacionais, não é mera faculdade do intérprete, mas injunção legal da qual não se pode afastar. Nesse sentido, a ilustre professora **Flávia Piovesan** leciona que *“O Direito Internacional dos Direitos Humanos pode reforçar a imperatividade de direitos constitucionalmente garantidos – quando os instrumentos internacionais complementam dispositivos nacionais ou quando estes reproduzem preceitos enunciados na ordem internacional – ou ainda estender o elenco dos direitos constitucionalmente garantidos – quando os instrumentos internacionais adicionam direitos não previstos pela ordem jurídica interna”*. (PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.p. 170.).

O **caráter de supralegalidade** foi reconhecido pelo STF, quando do julgamento do RE 466.343, *verbis*:

PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL EM FACE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. INTERPRETAÇÃO DA PARTE FINAL DO INCISO LXVII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988. POSIÇÃO HIERÁRQUICO-NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. Desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), ambos no ano de 1992, não há mais base legal para prisão civil do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais

sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. **O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão.** Assim ocorreu com o art. 1.287 do Código Civil de 1916 e com o Decreto-Lei nº 911/69, assim como em relação ao art. 652 do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002). [...] (RE 349703. Relator: Min. Carlos Ayres Britto) – grifo nosso.

Trata-se de decisão conhecida, em que a incompatibilidade da legislação nacional (Decreto-Lei 911/69) com o **Pacto de São José da Costa Rica** redundou na inaplicabilidade, por inconstitucionalidade, da legislação nativa sobre prisão do depositário infiel em contratos de alienação fiduciária em garantia.

Por conseguinte, cumpre ao julgador afastar a aplicação de normas jurídicas de caráter legal que contrariem tratados internacionais versando sobre Direitos Humanos, destacando-se, em especial, a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (PIDESC), bem como as orientações expedidas pelos denominados **“treaty bodies”** – Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, dentre outros – e a jurisprudência das instâncias judiciais internacionais de âmbito americano e global – Corte Interamericana de Direitos Humanos e Tribunal Internacional de Justiça da Organização das Nações Unidas, respectivamente.

Assim, à luz das normas internacionais, incorporadas ao direito nativo, há de ser feito o **cotejo de convencionalidade** do **artigo 331 do Código Penal** com o **artigo 13 do Pacto de São José da Costa Rica**. Reproduzo, para melhor compreensão do tema, os dispositivos:

Artigo 331 do Código Penal: *“desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela”.*

Artigo 13 do Pacto de São José da Costa Rica. Liberdade de pensamento e de expressão.

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar:

a. o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou

b. a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros

meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

O **tema é complexo**, porque da simples leitura do artigo 13 do Pacto de São José da Costa Rica não decorre a inconstitucionalidade e inconveniência do crime de desacato.

Todavia, importante mencionar que as decisões e interpretações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos são vinculantes, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 2000, foi aprovada a **Declaração de Princípios Sobre a Liberdade de Expressão**, delimitando a abrangência e o alcance do artigo 13 do Pacto de São José da Costa Rica. E, dentre os princípios consagrados na declaração, estabeleceu-se, em seu item “11”, que **“as leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como ‘leis de desacato’, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”**.

A **Declaração de Princípios Sobre a Liberdade de Expressão** pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico:

www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.convencao.libertade.de.expresao.htm (acessado em 26 de abril de 2018 às 15:58).

O conflito entre a Lei Penal e a interpretação vinculante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos indica a atipicidade da figura prevista no artigo 331 do Código Penal.

Importante, ainda, destacar que o Brasil é signatário da **Convenção de Viena** sobre Direito dos Tratados de 1969, cujo art. 27 prescreve que **“uma Parte não pode invocar as disposições do seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado”**.

Por fim, cabe mencionar que a comissão de juristas brasileiros responsável pela elaboração do anteprojeto do Novo Código Penal deliberou, por maioria de votos, em sessão havida em 07 de maio de 2012, por sugerir a revogação do crime de desacato da legislação penal brasileira, ante a sua incompatibilidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (Informação extraída da reportagem “Desacato: muito além da falta de educação”, publicada no site <http://stj.jusbrasil.com.br/noticias/3160592/desacato-muito-alem-da-falta-de-educacao> , acessado 26 de abril de 2018 às 16:10).

Corroborando a tese explanada acima, a Quinta Turma do STJ julgando o **REsp 1640084**, recentemente proferiu decisão descriminalizando o crime de desacato:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ROUBO, DESACATO E RESISTÊNCIA. APELAÇÃO CRIMINAL. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. ROUBO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ROUBO PARA O DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. **DESACATO. INCOMPATIBILIDADE DO TIPO**

PENAL COM A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. [...] A adequação das

normas legais aos tratados e convenções internacionais adotados pelo Direito Pátrio configura controle de constitucionalidade, o qual, no caso concreto, por não se cuidar de convenção votada sob regime de emenda constitucional, não invade a seara do controle de constitucionalidade e pode ser feito de forma difusa, até mesmo em sede de recurso especial. 8. Nesse particular, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando do julgamento do caso *Almonacid Arellano y otros v. Chile*, passou a exigir que o Poder Judiciário de cada Estado Parte do Pacto de São José da Costa Rica exerça o controle de convencionalidade das normas jurídicas internas que aplica aos casos concretos. 9. Por conseguinte, a ausência de lei veiculadora de *abolitio criminis* não inibe a atuação do Poder Judiciário na verificação da inconformidade do art. 331 do Código Penal, que prevê a figura típica do desacato, com o art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica, que estipula mecanismos de proteção à liberdade de pensamento e de expressão. 10. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH já se manifestou no sentido de que as leis de desacato se prestam ao abuso, como meio para silenciar ideias e opiniões consideradas incômodas pelo establishment, bem assim proporcionam maior nível de proteção aos agentes do Estado do que aos particulares, em contravenção aos princípios democrático e igualitário. 11. A adesão ao Pacto de São José significa a transposição, para a ordem jurídica interna, de critérios recíprocos de interpretação, sob pena de negação da universalidade dos valores insertos nos direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos. Assim, o método hermenêutico mais adequado à concretização da liberdade de expressão reside no postulado pro homine, composto de dois princípios de proteção de direitos: a dignidade da pessoa humana e a

prevalência dos direitos humanos. 12. A criminalização do desacato está na contramão do humanismo, porque ressalta a preponderância do Estado - personificado em seus agentes - sobre o indivíduo. 13. A existência de tal normativo em nosso ordenamento jurídico é anacrônica, pois traduz desigualdade entre funcionários e particulares, o que é inaceitável no Estado Democrático de Direito. 14. **Punir o uso de linguagem e atitudes ofensivas contra agentes estatais é medida capaz de fazer com que as pessoas se abstenham de usufruir do direito à liberdade de expressão, por temor de sanções penais, sendo esta uma das razões pelas quais a CIDH estabeleceu a recomendação de que os países aderentes ao Pacto de São Paulo abolissem suas respectivas leis de desacato.** 15. **O afastamento da tipificação criminal do desacato não impede a responsabilidade ulterior, civil ou até mesmo de outra figura típica penal (calúnia, injúria, difamação etc.), pela ocorrência de abuso na expressão verbal ou gestual utilizada perante o funcionário público.** 16. **Recurso especial conhecido em parte, e nessa extensão, parcialmente provido para afastar a condenação do recorrente pelo crime de desacato (art. 331 do CP).**

Em que pese o lamentável retrocesso advindo de decisão da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a Defesa acredita fortemente que o entendimento externado acima, além de refletir a sistemática adotada pelo Supremo Tribunal Federal, é a mais consentânea com o ordenamento jurídico brasileiro em seus termos atuais.

Por todas as razões acima, a serem analisadas de forma fundamentada, a atipicidade do crime de desacato deve ser proclamada, absolvendo-se o acusado, com fundamento no artigo 386, III, do CPP.

IV - DO CRIME DE AMEAÇA: CONFISSÃO

Quanto ao crime de ameaça, insta consignar que o acusado, em juízo, **confessou a prática delitiva**, razão pela qual, em caso de condenação, postula a Defesa a aplicação da pena em seu patamar mínimo, reconhecendo-se, na hipótese, a incidência da atenuante genérica prevista no art. 65, III, *d*, do CP.

V - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública, em sede de alegações finais, requer:

a) em relação aos delitos de vias de fato e resistência, a **absolvição** do acusado, com fulcro no art. 386, VII, do CPP;

b) quanto ao crime de desobediência, a **absolvição** do réu, com fundamento no art. 386, III, do CPP;

c) no que tange ao crime de ameaça, em caso de condenação, a aplicação da pena em seu patamar mínimo, reconhecendo-se, na hipótese, a incidência da **atenuante genérica** prevista no art. 65, III, *d*, do CP.

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO